
PARA UM ESTUDO DA COMUNICAÇÃO ORAL

ALEXANDRA GUEDES PINTO
MESTRE ASSISTENTE
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

This paper makes a sociolinguistic approach of some of the aspects of oral communication. After assuming the linguistic and enunciative specificities of the spoken language, marked by its contextual dependence and an alternative use of the linguistic system potentialities, this paper focuses its attention on the role that interactional particles play in conversations. They occur only in colloquial oral speech where they work as "lubricants", helping the participants to structure their interventions and conveying implicit information to the interaction. The article proceeds with an analysis of an authentic conversation, particularly of some of the interactional particles used by the speakers, trying to determine their context-sensitive values and isolating some invariable principles of their occurrence.

1. INTRODUÇÃO

Início este meu estudo, começando por dizer, pronto, que esta vai ser uma boa oportunidade para, sei lá, reflectir um pouco sobre algumas palavras ou expressões que, embora integrem de forma regular a nossa produção oral, não é, e embora sejam elementos com os quais nos tenhamos já habituado a conviver, no sentido de sabermos gerir, pronto, a sua presença no nosso próprio discurso e aprendermos a decifrar a sua aparição no dos outros, não é, não têm merecido um grande interesse reflexivo, certo, e muito menos sido objecto de estudo, quer dizer, científico.

Este breve parágrafo caricatural que introduz a nossa reflexão ilustra bem como a língua falada se rege por princípios em muitos aspectos diferentes dos que enformam a língua escrita, sugerindo que talvez nem sempre os modelos de ensino/aprendizagem que utilizamos para uma são directamente transferíveis para a outra. Neste trabalho é nosso propósito abordar o estudo de algumas destas diferenças a partir da análise de algumas "partículas" - como as que surgem no excerto acima transcrito e outras -, ocorrentes num diálogo autêntico que apresentamos em anexo. No vasto domínio das "partículas", área linguística votada, até ao momento, a algum abandono, concentrámo-nos no conjunto das partículas interaccionais (PI) ou marcadores de estruturação da conversação (MECs)¹, que, tal como as próprias designações indicam, caracterizam

¹ Adiante falaremos um pouco sobre a forma como a Linguística actual recuperou a classe tradicional das "partículas do discurso" e se debruçou sobre o seu estudo. As designações "partículas interaccionais" e "marcadores de estruturação da conversação" são já designações correntes no domínio da Pragmática e Sociolinguística que remontam respectivamente a De

especificamente a linguagem falada, coloquial, onde surgem como dispositivos reguladores da interacção.

12

Não sendo, todavia, a actuação comunicativa um facto meramente verbal, mas sim sócio-verbal (ou, se quisermos complicar, sócio-psico-verbal), depressa aceitamos a necessidade de estudar estas *partículas* como reguladoras não só da produção e interpretação verbal, mas também da orientação dos diálogos, das estratégias argumentativas, do acordo discursivo, dos "papéis relacionais" (Fishman,1975:45) e de todos os jogos sociais que se accionam quando alguém fala com alguém. Partículas de elevado valor comunicativo, elas são uma espécie de "agentes de rua" que verdadeiramente zelam pelo respeito desse "code déontologique des usages langagiers" (Kerbrat-Orecchioni,1986:6) que são as "leis do discurso" (cf. Grice,1975 e Ducrot,1979). Mesmo quando apoiam a infracção a uma das regras, estão lá a "assinalar a ocorrência", funcionando, por este facto, como mecanismos minimizadores da faceta inevitavelmente conflitual da comunicação. Por outro lado, ao organizarem a produção dialogal, estas partículas deixam entrever o aspecto regular do comportamento verbal, "everywhere structured as a highly cohesive system" (Ervin-Tripp,1968:192).

Do ponto de vista mais especificamente linguístico, o surgimento regular de sinais como estes convoca a necessidade de empreender um estudo sistematizador de uma "Gramática da Língua Falada", onde se recorta um conceito diferente de *norma* linguística, e até uma pluralidade de *normas* linguísticas específicas, relativamente à norma representada pelas Gramáticas, pelos Dicionários, pelos compêndios de ensino. De facto, respeitar a norma, enquanto entidade prescritiva e proibitiva, não equivale a ser um falante bem-sucedido: "La compétence suffisante pour produire des phrases susceptibles d'être comprises, peut être tout à fait insuffisante pour produire des phrases susceptibles d'être écoutées, des phrases

Spengler (1980) e a Gulich (1970). Não sendo nosso objectivo fazer uma análise histórica sobre o estudo das partículas do discurso, propomos que atentemos, apenas, no que diz Said Ali (1930:49), bastante precursor no seu tempo, sobre este tipo de expressões a que ele dá o nome de "expressões de situação", que caracterizam sobretudo a linguagem coloquial e que parecem escapar à classificação gramatical tradicional: "Figuram muitas vezes no falar corrente, e em particular nos diálogos, palavras e frases que parecem de sobra nas proposições quando estas se analysam com os recursos usuas da grammatica e da logica. Todo o mundo as emprega espontaneamente, mas não a esmo, e sim em determinadas condições. Não são desnecessarias. Basta tentar eliminal-as, para ver que as proposições se tornam mais vagas e falhas de certo intuito que temos em mente."

No seguimento de uma forte tradição gramatical que considera este tipo de rebeldes sinais não como partes mas sim como "partículas do discurso", também Said Ali optou por esta designação para as palavras que analisa no seu estudo como sejam: *mas*, *então sempre ora*, e outras, sempre captadas em contextos dialogais.

propres à être reconnues comme recevables dans toutes les situations où il y a lieu de parler." (Bourdieu,1982:42)

Assim, a rentabilização dos elementos linguísticos na comunicação oral coloquial apresenta propriedades distintivas que é necessário começar a descrever, facto que é denunciado pela existência e funcionamento de "palavrinhas" como as partículas interaccionais, provenientes de categorias tradicionais diversas, que desafiam até o critério de unidade mínima distintiva sobre que se ergue todo o edifício da Linguística Estrutural.

É um pouco na confluência destes vários aspectos - as partículas interaccionais, elementos típicos de uma língua falada; as partículas interaccionais, mecanismos optimizadores do processo comunicativo; as partículas interaccionais, vestígios linguísticos de projecções psicossociais várias - que se encontra o nosso trabalho, que depois de contextualizar brevemente um possível estudo destes marcadores, aborda um pequeno conjunto de partículas, enquadrando-as na situação de comunicação autêntica em que ocorreram, de forma a tentar depreender algumas regularidades no seu comportamento.

2. UM ESTUDO DO COMPORTAMENTO VERBAL ?

Uma das principais características do modo de enunciação *Discurso* é a sua falta de autonomia face ao contexto de enunciação. Directamente ancorado num EU/TU/AQUI/AGORA, o discurso serve-se do contexto como fonte implícita de significação e também como meio de amplificação do seu próprio poder referencial e accional. Este facto tem uma implicação imediata para aqueles que se debruçam sobre a sua análise: a necessidade de assumir a abertura aos problemas do contexto e aceitar que, em situação concreta, os elementos linguísticos não só co-ocorrem com todo um material de natureza semiótica diversa, também portador de significação, como também constituem, por si só, vestígios de diferentes influxos accionais e relacionais que os sobrecarregam de sentidos paralelos, por vezes primaciais relativamente ao seu sentido gramatical ou semântico. De facto, o que os locutores põem em jogo, quando interagem, é um muito complexo conjunto de saberes, dificilmente apreensível se a perspectiva de estudo não for eclética.

Um dos pressupostos de base de qualquer trabalho que investigue o discurso oral é de que é possível captar regularidades subjacentes à sua aparente diversidade. De facto, assim como um texto escrito não é uma justaposição de frases, um diálogo não é uma mera adição de réplicas; antes pelo contrário, é uma unidade de sentido onde é possível divisar princípios constitutivos e reguladores. Nas palavras de Schegloff (1972:91-

92): "the raw data of everyday conversational interaction can be subjected to rigorous analysis (..) so as to discover its orderly or methodical character."

14

Quer dizer que a um possível "nível de análise interno" (cf Kerbrat-Orecchioni, 1987:1), em que se descreveria as regras de coerência e a organização estrutural e dependencial dos diferentes constituintes do texto dialógico, se posporia um "segundo nível de análise" (ibidem), que estudaria a dimensão accional ou pragmática das realizações, isto é, as formas linguísticas como vestígios de dados contextuais, dos próprios interactantes e das relações entre estes. Numa palavra, como vestígios da *enunciação* no *enunciado* ou, tal como Hymes (1962:25) afirmou, vestígios "of the relations between the setting, the participants, the topic, the functions of the interaction, the form, and the values held by the participants about each of these."

3. A INTERACÇÃO SÓCIO-VERBAL: ENTRE A COOPERAÇÃO E O CONFLITO ?

Embora o discurso seja um espaço de regularidades, é simultaneamente um espaço de constante desconstrução dessas regularidades e constantes infracções aos padrões convencionados. É um espaço de negociação, aspecto que, salientado por Roulet (Roulet et alii, 1985), fundamenta a construção de um modelo hierárquico-funcional do discurso. Este pretende representar as ligações de ordem dependencial e semântica entre os diversos constituintes do texto dialógico, mediante noções como as de subordinação pragmática das intervenções entre si, de função ilocutória e valor interactivo de cada unidade. Trata-se de um modelo que permite já a des/re-construção das articulações em jogo na interacção discursiva, bem como a reconstituição das intenções e estratégias accionadas.

De acordo com este projecto, uma vez satisfeitos os "rituais de abertura", os discursos seguiriam um grande eixo organizador correspondente à procura de um acordo razoável por/para os participantes, do qual dependeria o encerramento da negociação. O seguimento linear e sequencial do discurso seria, todavia, mais uma utopia do que um facto, visto que, a maior parte das vezes, o encadeamento inicial é rompido e os diálogos têm de prosseguir por negociações secundárias até que se atinja um acordo satisfatório para todos.

De facto, o discurso é também um espaço de projecção de jogos de influências, de poder e manipulação e a sua dimensão negocial impõe/esconde, logo à partida, um conflito latente. Na verdade, não é só a condução e a articulação dos diálogos que são objecto de negociação, até os próprios lugares discursivos estão sujeitos ao pacto comunicativo, que

90

nem sempre resulta satisfatório para todos. Ervin-Tripp (1968:193-194) salienta que a variável situacional "Participante" abrange atributos sociológicos como o status, o sexo, a idade, a ocupação, o papel relacional e situacional de cada um, e que estes factores condicionam o respectivo lugar discursivo do interactante, até no que toca ao tempo de discurso que lhe é concedido, como falante, bem como à centralidade que pode ocupar como ouvinte: "A second, related, determinant of the amount of talking is the role the participant has in the group and his social and physical centrality (...) The net effect (...) is that the sending frequency of participants in a group is almost always unequal (...). The "receiver" role also is unequally distributed even in face-to-face groups, being allocated to the most central, the most powerful, those with highest status, the most frequent speakers, and under conditions where agreement is desired, the most deviant."

Desta faceta menos harmoniosa da interacção resulta a consciência de que enunciar algo é sempre assumir riscos para si e desencadear consequências para o outro: desde logo, vinculando-o a um estatuto de ouvinte e de potencial falante, que pode ser sentido como inoportuno e indesejável num determinado momento. "Hearership is a locus of rules", diz Schegloff (1972:123), e a mera entrada no jogo comunicativo representa a aceitação de uma série de constrangimentos e de uma rede de direitos e obrigações inevitáveis. O próprio quadro pressuposicional que enforma a comunicação é uma espécie de "violência" discursiva que encerra os intervenientes num esquema conceptual e comportamental pré-determinado, cuja inobservância pode acarretar consequências dispendiosas. Este é um facto que os locutores também mantêm em mente, ou não fosse a *disposição positiva* uma tendência generalizável no discurso, a que Sacks (1974) dá mesmo o nome de "regra da preferência", que justificaria, por sua vez, a frequência dos procedimentos indirectos e das fórmulas atenuadas.

É toda uma panóplia de conflitos de interesses, de vontades, de disposições, de lugares, que o trabalho de figuração ou "face work" (Goffman, 1974) também ajuda a gerir. Salvar a *face negativa*, fazer passar a *face positiva* de si mesmo: nesta tensão se joga a nossa actuação social. Em qualquer interacção dual são, portanto, quatro as faces em confronto; é necessário não só proteger as suas como também ajudar a gerir as do outro, para quem quase todas as nossas intervenções constituem uma potencial *ameaça* ou um "face threatening act" (ibidem).

Assim, espaço jurídico de assunção de responsabilidades e respeito por leis, o discurso é um locus de acomodações intersubjectivas que deixam marcas nas próprias produções verbais. Os MECs ao assumirem uma

função reguladora da interacção, operando não ao nível dos conteúdos, mas no plano da enunciação, são verdadeiros "lubrificantes discursivos" (Edmonson & House, 1981), que se disponibilizaram para mitigar este aspecto conflitual da interacção. São, portanto, por um lado, vestígios de que esta dimensão conflitual existe, mas também de que existe a contrapartida: o esforço para superar desentendimentos e conduzir a comunicação a um final feliz.

16 4. UMA GRAMÁTICA DA LÍNGUA FALADA ?

Do ponto de vista mais especificamente linguístico este é um projecto ambicioso e talvez irrealizável. As regras em jogo são outras que não as que entram na definição da *língua escrita*; os trilhos estão ainda mal traçados e o término é incerto.

A uma noção de correcção, principal critério avaliador da boa-formação interna dos enunciados, sobrepõe-se, na língua falada, uma noção de adequação, de aceitabilidade, de eficácia comunicativa, que, por vezes, pouco tem que ver com o respeito pela *norma*. Tal como Hymes (1972:277) salienta, na situação de comunicação-tipo que é, sem dúvida, a *comunicação em situação*, a agramaticalidade pode revelar uma mais eficaz capacidade de reacção às circunstâncias imediatas: "(...)a person who chooses occasions and sentences suitably, but is master only of fully grammatical sentences, is at best a bit odd. Some occasions call for being appropriately ungrammatical". Isto representa um desvio bastante grande relativamente às concepções gramaticais tradicionais. Equivale a conferir dignidade e estatuto de objecto científico à zona amorfa de enunciados agramaticais, de repetições e hesitações, omissões, interrupções, grunhidos, gestos e caretas de que é feita a comunicação oral.

Este desvio passa pela assunção de que, nesta situação de comunicação-tipo em que se verifica a compresença dos interactantes e a partilha dos dados situacionais, se recorta um verdadeiro uso alternativo do sistema linguístico que enforma a nossa competência de falantes. De facto, completada pelo comportamento não verbal e todos os elementos suprasegmentais que acompanham a cadeia falada, a mensagem na comunicação oral reveste-se de características específicas que, desde logo, se definem por uma radical economia de meios linguísticos: lexicais, sintácticos e fonéticos. Os interlocutores rentabilizam ao máximo as informações disponíveis na situação imediata e também a própria interrelação comunicativa, convidando-se mutuamente ao completamento formal e semântico dos enunciados. Não devemos esquecer que na interacção o discurso é conduzido e coordenado conjuntamente por emissor e receptor.

90

No fundo, a frequência de enunciados inacabados na comunicação oral encontra justificação no respeito pela lei da informatividade ("máxima da quantidade" em Grice, 1975) que implica que o locutor não deve fornecer uma informação que o seu alocutário já conheça, a não ser que pretenda significar por implicatura conversacional e realizar um acto linguístico indirecto. De facto, normalmente, os enunciados inacabados suspendem-se quando há sinais de que a comunicação já se efectivou e, portanto, para quê gastar palavras que já foram adivinhadas? Também os enunciados assintácticos obedecem a uma mesma lógica de redução de procedimentos linguísticos em favor da rapidez, da expressividade e da eficácia.

A comunicação oral em situação tira o máximo de partido da especificidade da sua condição de dependência contextual, optimizando modos de significação alternativos ao linguístico. É por isto que, no fundo, existe uma espécie de subpotencialização na língua falada de certas possibilidades dos sistemas linguísticos: certos modos e tempos verbais são sub-empregues - repare-se no futuro e no mais-que-perfeito simples -, bem como certas construções subordinadas que impõem muitos constrangimentos sintácticos. Juliette Garmadi (1983:74) chama a atenção para que as formas linguísticas sub-aproveitadas podem enquadrar algumas das oposições mais estáveis dos sistemas: é o caso do passado e do futuro que cedem frequentemente lugar ao presente num dos seus valores possíveis que é justamente a *ausência de tempo*. É frequente ouvirem-se enunciados do tipo: "Ontem vem aqui, fala a noite toda, vai-se embora...", bem como "Conto-te tudo quando voltar". "Le français sans fard" ou o francês "em pantufas", segundo Martinet (1969), exhibe mesmo um sistema verbal que difere bastante do sistema da variedade normalizada.

Por outro lado, verifica-se que outras categorias funcionais, que na escrita não têm assento e nem mesmo numa linguagem falada menos coloquial ou espontânea, surgem na oralidade como primordiais e, por respeito ao mesmo princípio de economia que rege todo o comportamento humano, acumulando várias funções, distintas embora aparentadas, de forma a serem o mais operacionais possível. Isto é, surgem sobre-potencializadas, relativamente ao seu uso numa linguagem escrita, por exemplo, a principal representante da *norma* linguística. Este é justamente um dos traços definitórios da classe dos MECs e das Partículas Interaccionais. A sua delimitação é, desde logo, difícil. Variam com o momento histórico, tratando-se de uma classe, aliás transcategorial, relativamente à formalização tradicional, muito permeável aos "modismos" e, embora normalmente entendidos pelos interactantes como elementos reguladores da conversação, eles possuem uma rentabilização bastante pessoal. De

facto, como mostram as poucas tentativas ensaiadas de inventariar MECs (nunca se pretendendo exaustivas), esta é uma classe necessariamente aberta. Não só está sujeita a um desgaste e a um ritmo de mudança muito grandes, registando movimentos neológicos constantes, como também congrega formas de categorias gramaticais muito diversas, desde verdadeiros enunciados até marcas não segmentais.

18

São sinais que se desvincularam quase totalmente da sua significação lexical originária, vocacionando-se para o cumprimento de funções ao nível do próprio processo comunicativo, isto é, voltando-se para a organização do discurso dialógico, onde funcionam para o falante como um auxílio na estruturação do próprio discurso e para o ouvinte como uma orientação quanto à função e encaminhamento dos enunciados que recebe e a que deve reagir. São, como já referimos, sinais que visam a optimização da troca comunicativa, operando não no plano dos conteúdos, mas no da própria enunciação. Estão ao serviço da "negociação", de que falámos acima, tentando atenuar a faceta conflitual da interacção.

Roulet et alii (1985) atribuem-lhes várias funções mais específicas dentro desta grande função que seria a da estruturação das conversações, defendendo que eles não só assinalam, através da sua colocação, o início ou o fim de um constituinte, que pode ser uma intervenção, ou, até mesmo, dentro de uma mesma intervenção, a entrada dentro de um novo tema; como também informam sobre uma determinada relação hierárquica entre os constituintes articulados: se se trata de uma relação "linear" (os constituintes são pragmaticamente coordenados), se de uma relação de subordinação pragmática ascendente ou descendente; e ainda fornecem indicações quanto ao alcance da articulação accionada: se se trata de um "encadeamento global" ou "local", se é "proactivo", se "retroactivo" (ibidem:96-97). Para além de todas estas características, salienta-se ainda que, como já assinalámos, a promoção de determinadas fórmulas linguísticas a MECs é um fenómeno que pode acontecer no decurso da própria conversação e fazer parte do acordo tácito que une os interactantes.

Como salientou Beaugrande (1994), cada falante possui uma versão actualizada da língua no momento do discurso, versão que é sempre parcial e que se ajusta à versão do ouvinte, na medida em que elas se regulam mutuamente. Talvez, assim, a língua (na perspectiva discursiva) não seja tanto um conjunto de leis pré-fabricadas que actualizamos em cada acto de fala, mas, como Beaugrande (ibidem) defendeu, uma espécie de "fábrica" ou "laboratório" de regras que vão sendo produzidas no e para o discurso, em resposta aos constrangimentos emergentes deste. No caso

dos MECs estamos perante elementos polifuncionais que se esvaziaram do sentido lexical para assumirem valores pragmáticos como os que já referimos. Embora alguns desses valores sejam invariantes, outros só se especificam relativamente a dados situacionais concretos, pois só por referência a uma dada enunciação, a uma dada relação interaccional, é possível determinar que instrução comunicativa se encontra subjacente a uma certa partícula discursiva.

Esta é, pois, uma classe de palavras que exhibe um funcionamento específico na língua falada. É, logo, um dos principais argumentos em favor da especificidade de uma *gramática da língua oral*, em que muitos dos aspectos da tradição gramatical teriam de ser revistos, nomeadamente, a clássica divisão dos lexemas em partes do discurso ou classes gramaticais; a distinção entre palavras plenas e palavras vazias; a rentabilização formal e semântica do subsistema verbal e da coordenação e subordinação sintácticas; a noção de frase e talvez até mesmo a noção de palavra e de unidade mínima de significação, a par de outros aspectos. Projecto ambicioso, sem dúvida. Mas não vem o estudo das Partículas Interacionais, em parte, comprovar a sua necessidade e a sua viabilidade?

5. PARTÍCULAS INTERACIONAIS OU MECs NUMA SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO AUTÊNTICA.

Ocorrentes num corpus autêntico que apresentamos em anexo, referir-nos-emos a estes sinais no decurso da nossa análise como **PI** (partículas interacionais), designação que recuperámos de De Spengler (1980) ou como **MECs** (marcadores de estruturação da conversação), expressão que retomámos de Auchlin (1981:141-159), ele mesmo baseado em Gulich (1970)), adoptando ambas as designações como sinónimas. Por vezes, ainda, de forma a contornar a necessidade de repetição, usaremos as alternativas **M** (marcadores) e **FI** (fórmulas interacionais). As fórmulas que seleccionámos, de entre outras que ocorreram no diálogo, foram as seguintes: **É?/Era?/Acha?**; **Ai**; **Sabe**; **Não, mas / Não, é que**; **É que**.

Estes MECs destacados ocorreram num diálogo que gravámos entre dois falantes que designaremos A e B (cf. anexo). O diálogo envolve um arquitecto (A) e um carpinteiro (B) e gira em torno de problemas na remodelação de uma casa. O local da interacção é a própria casa em reconstrução. Socorrer-nos-emos, na descrição desta situação de comunicação, das propostas de Ervin-Tripp (1968:193-211), ela mesma baseada em Hymes (1962), que, a fim de analisar o comportamento verbal numa situação concreta, distingue quatro variáveis importantes: "setting",

"participants", "topic" e "functions of the interaction" (Ervin-Tripp, 1968:193-195).

20

Relativamente à primeira, a autora destaca que esta não só engloba o local e o momento propriamente ditos, como também os "standing behavior patterns occurring when people encounter one another" (ibidem:193). De facto, como ela própria afirma, "social situations may be restricted by cultural norms which specify the appropriate participants, the physical setting, the topics and functions of discourse, and the style." (ibidem). Todavia, "situations vary as to which of these restrictions exist and the degree of permissible variation." (ibidem). A autora aponta também a classificação de estilos ou registos de língua avançada por Joos (1968:185-191) como um possível ponto de apoio para a análise das situações.

Quanto à variável *Participantes*, todos os atributos sociológicos de que estes são portadores são importantes na interacção, como já vimos, uma vez que vão determinar os respectivos lugares discursivos que normalmente não estão determinados de antemão, à excepção das situações altamente institucionalizadas (como o caso do sermão religioso, do discurso em tribunal, etc.), mas sim, são negociados no decurso da interacção. Todavia, o influxo da identidade social dos indivíduos nesta negociação é muito grande, chegando até a determinar, como vimos, a distribuição dos papéis ouvinte/falante, que raramente é simétrica.

O Tópico do discurso é também considerado por Ervin-Tripp, embora esta saliente que em muitas interacções a Função se sobrepõe ao Tópico, já que muitas das rotinas verbais que cumprimos diariamente não versam propriamente um tópico específico, mas possuem sempre uma função. Esta distinção entre um "manifest content" e um "latent content" (ibidem:195) separa o tópico propriamente dito dos valores ilocutórios e perlocutórios accionados por um determinado enunciado.

Na situação em estudo, embora se verifique uma assimetria social entre os interlocutores A e B, ocupando o A uma posição de autoridade sobre B, regista-se um grande equilíbrio na distribuição do tempo de discurso e na alternância de papéis. Constata-se, até, que, em geral, o papel de falante é assumido por B, o que não equivale a dizer que a conversa é conduzida por ele. De facto, a condução da conversa é sobretudo da responsabilidade de A. Esta maior centralidade de B como falante justifica-se pela função global da interacção. Poderíamos, de facto, discernir aqui um macro-acto ilocutório de pedido de informação que é conduzido por A, macro-acto que produziria o efeito perlocutório de incentivo ao fornecimento de informações por parte de B. Quer dizer que A aparentemente se aliena da

190

sua centralidade na interacção, conferida pelo seu ascendente social e hierárquico, cedendo o papel de falante a B, mas fá-lo como forma de melhor concretizar as suas intenções comunicativas, que são extrair uma série de informações de B. No fundo, a cedência da centralidade e a simetria instaurada são apenas aparentes, dado que A controla a condução discursiva na direcção que melhor lhe convém.

5.1 As PI *É/ERA/ACHA?*

Neste caso seria preferível designar estes marcadores de FI, dado que se trata de verdadeiras frases condensadas. Alinhámos as três alternativas formais *É/Era/Acha?*, por nos parecer que a sua funcionalidade, neste contexto, é a mesma. O indicador ilocutivo *entoação*, impossível de transcrever adequadamente, parece confirmar este facto.

Devemos distinguir dois co-textos de ocorrência destas FI. Sempre integradas em frases interrogativas, correspondentes a intervenções reactivas, elas tanto formam uma intervenção reactiva absoluta, ocorrendo isoladamente e equivalendo a imediatas cedências de vez (cf. em anexo 1.1, 1.3 e 1.4), como apenas marcam o início de uma intervenção reactiva (cf. 1 e 1.2).

Em qualquer um dos casos, o M é consonante com a estratégia argumentativa de A que, ao pretender extrair o máximo de informações de B, muitas vezes acusa a assunção de vez, mas imediatamente a cede ao parceiro. A sua cedência é, todavia, portadora de uma instrução, que é a de que B deve continuar a contribuir informativamente para a conversa, se possível confirmando as suas intervenções anteriores. O M transporta, assim, uma instrução retroactiva referente ao conteúdo proposicional das asserções de B, que deve ser mantido, mas também uma instrução proactiva relativa ao valor ilocutório da intervenção seguinte, que deve cumprir um acto confirmativo e interaccionalmente satisfazer as dúvidas de A. Trata-se de uma pergunta orientada que constitui uma dupla forma de encaminhamento da continuação do diálogo, não só quanto ao quadro temático deste, mas também quanto ao valor ilocutório e interactivo das intervenções.

Devemos acrescentar que o M está também ao serviço de uma estratégia de cortesia de A, sobretudo no segundo tipo de emprego referido. Efectivamente, A frequentemente atesta a assunção de vez, mesmo quando pretende mantê-la, através deste M, que implícita a existência de uma margem de discordância face à validade das asserções de B. Esta discordância não é, todavia, explicitada por uma questão de salvaguarda

mútua das *faces* e, logo, por uma questão de cortesia. Não obstante, neste emprego, o falante A continua as suas intervenções, mediante a formulação de uma contra-pergunta, que é também um contra-argumento, que rebate em parte a posição de B e, assim, o convida a defendê-la na intervenção seguinte. Note-se, então, que nesta ocorrência (cf. 1 e 1.2) estas FI assinalam o início de uma réplica reactiva, composta por dois actos de linguagem ambos interrogativos, sendo o segundo portador de um contra-argumento, que é também uma contra-pergunta, resultando, assim, numa forma rápida e económica de reenviar o turno e direccionar o diálogo. O falante A, embora assumindo uma posição aparentemente mais passiva é quem, de facto, manipula a condução do diálogo.

Os valores referidos para estas PI parecem-nos generalizáveis a todas as ocorrências nesta conversação. Gostaríamos, ainda, de salvaguardar que a perda informativa inevitável que se opera na transcrição do diálogo é, em certos casos, decisiva para a desmontagem das verdadeiras intenções comunicativas dos falantes. Nomeadamente, os fenómenos entonacionais e de pausa parecem constituir unidades distintivas ao nível da comunicação oral.

5.2 A PI A_i

Este M comprova como também elementos da classe das interjeições se disponibilizaram para o cumprimento de funções comunicativas. M de início de intervenção reactiva, à semelhança do anterior, ele assinala, portanto, a tomada de vez e simultaneamente justifica-a, na medida em que transporta a instrução comunicativa de que o falante finalmente compreendeu um dado importante da mensagem do seu interlocutor e julga oportuno dar-lhe a conhecer esse facto. Por este motivo, o M muitas vezes apoia a interrupção discursiva, servindo de mecanismo reparador/justificador dessa infracção. Possui, portanto, um efeito retrospectivo e de subordinação interactiva ao acto por ele mesmo introduzido que, passa a ser o acto que possibilita o encerramento satisfatório de uma negociação. Efectivamente, o M remata normalmente uma sequência em que se verificaram malentendidos, implicitando o aceder tardio a uma negociação secundária que interrompeu a negociação principal e está a impedir o fenómeno de completude interactiva.

No caso do diálogo em estudo, esta PI surge sempre em intervenções do falante B (cf. 2. e 2.1) e activa também um implícito de contra-expectativa, ou seja, o falante é surpreendido com um determinado desenvolvimento discursivo que não esperava. Repare-se como o caso 2 (cf anexo) motiva mesmo por parte de A uma intervenção justificativa que permitirá regressar ao encadeamento original do diálogo.

5.3 A PI SABE

Este M reactivo, ao contrário dos anteriores, tanto pode assinalar o início do enunciado, a introdução de um tópico conclusivo no mesmo enunciado, como o fim do enunciado. Registámos esta ocorrência como distinta de *Sabe que* que normalmente não encerra uma intervenção. No caso em estudo, o M surge duas vezes em início de intervenção reactiva e uma vez no final, nunca aparecendo em posição medial. Em início de intervenção, marca a assunção de vez e apoia antecipadamente os argumentos avançados na intervenção, conferindo-lhes uma legitimidade particular, pois o M insinua que "se o outro não sabe deveria saber". Constitui, portanto, uma espécie de estratégia de legitimação antecipada.

Schegloff (1972:122) apresenta, aliás, uma análise da fórmula "Sabes uma coisa?" que nos parece ter pontos em comum com o uso deste M. Tal como este autor refere: "Such an open-ended question (...) inviting a "What?" as its return, allows the child to talk by virtue of the obligation thereby imposed upon him to answer a question while retaining a certain freedom in his response by virtue of the adult's inability to know in advance what would have been an adequate, complete, satisfactory or otherwise socially acceptable answer." Parece-nos que também no caso do M *sabe*, em início de intervenção, existe a activação de uma espécie de vínculo discursivo adicional, decorrente do facto de, ao contrário do que o M lexicalmente significa, os locutores normalmente se servirem dele para fornecer informações que os alocutários desconhecem, das quais não estão avisados e, daí que, muitas vezes, estes enunciados assumam um valor ilocutório de advertência e conselho, duplamente relevantes para o alocutário, portanto.

O M apresenta uma referência anafórica, remetendo para uma sequência anterior, mas assinala uma subordinação proactiva face ao constituinte que ele próprio encabeça. Em princípio, *sabe* assinala a enunciação de um ou mais argumento(s) de peso e talvez mesmo decisivos para o seguimento da conversação, o que equivale a dizer que prepara um aumento da "temperatura" informativa dos enunciados. Pode integrar também, como no caso 3 (cf. em anexo), um movimento discursivo de contra-argumentação atenuado, em que o interlocutor B enuncia razões que sabe irem contra a expectativa de A, mitigando esse efeito através deste dispositivo que implica que, ao contrário do que de facto se passa, as crenças são propriedade do con-saber partilhado pelos falantes. É, assim, também uma forma de salvaguardar a face de A, cuja posição ficaria enfraquecida por este rebater de expectativas. Em final de intervenção (cf.3.1), a PI assinala a cedência de vez e convoca um assentimento ou confirmação por parte do

alocutário. Talvez por isso se devesse incluir no conjunto das "RAD" "particules à fonction de recherche d'approbation discursive" (Roulet, 1985:94), ou dos "connecteurs phatiques" (ibidem:94-95).

5.4 As PI NÃO, MAS / NÃO, É QUE

Indicadores de abertura de enunciado reactivo, surgem no diálogo com funções aproximadamente equivalentes. O *não* funciona como um meta-corrector do trajecto discursivo, isto é, corrige a direcção da conversa, formulando um meta-comentário parafraseável por: "A direcção correcta para se atingir a negociação desejada não é esta". Reavalia, portanto, um desenvolvimento anterior, quanto à sua pertinência e orientação, redireccionando-o no sentido desejado. Só neste sentido, aliás, ele exprime uma discordância e não no sentido habitual refutativo que a partícula *não* recobre. Em 4.2 (cf anexo), o M introduz uma contra-pergunta em que A claramente rejeita o direccionamento conversacional como não pertinente para o momento e o rectifica mediante este dispositivo combinado com a partícula modal *mas*, que implica um movimento de contra-expectativa e logo de tensão entre a sua própria crença e a crença que pressupõe ser a de B.

Na perspectiva de Roulet (ibidem:109), também aplicável a este caso, bem como aos casos 4 e 4.1, "le constituant introduit par *non mais* peut être assimilé à une réfutation presuppositionnelle (...), ou à un refus du cadre thématique, *non mais* autorisant un déplacement de ce cadre." É justamente uma "deslocação do quadro temático", que o locutor A opera quando emprega esta FI, em direcção ao eixo de organização original - em 4.2, a questão das vigas no travamento do soalho - do qual a conversa se afastara pela introdução de um encadeamento secundário - em 4.1, os problemas de acabamentos que a colocação de uma viga num determinado local levantava. De salientar ainda que este dispositivo activa uma dimensão ilocutória de censura motivada pelo facto de o locutor B estar, de certa forma, a violar o princípio da pertinência dialogal. Repare-se também que em 4 e 4.1 a FI é autojustificativa, isto é, prepara um acto que autojustifica o seu valor de argumento forte, apoiado pela construção clivada e decorrente topicalização do argumento, construção que convida a uma leitura do tipo: "O que de facto importa é o que vou dizer a seguir e não outra coisa que até mesmo eu possa ter dito antes." Neste sentido, o marcador é retroactivo, subordinando a sequência anterior a um novo acto director.

5.5 A PI É QUE

As clivadas surgiram também com regularidade no texto como indicadoras de introdução de argumento ou de acto justificativo/confirmativo. Elas

constituem um reconhecido esquema de reforço cujo fundamento sintáctico consiste na deslocação de um determinado constituinte e sua focalização pelo enquadramento "É que", que convida a uma interpretação contrastiva do tipo: " É isto e não outra coisa". Por este meio obtém-se um efeito de reforço de asserção. No entanto, o seu funcionamento deíctico anafórico efectua uma ancoragem no contexto temático do diálogo, pelo que o respeito pelo princípio da relevância sai também reforçado. A FI funciona, portanto, como um duplo processo de autolegitimação discursiva, o que é possível confirmar sobretudo nos exemplos 5 e 5.1.

Em 5.2, 5.3 e 5.4, as FI surgem como forma de reforço da concordância com o interlocutor, fazendo eco das suas asserções na intervenção reactiva ou até mesmo introduzindo nesta argumentos mais fortes para apoiar a posição que é unânime. Repare-se que em 5.3 e 5.4, estas "fórmulas sintácticas marcadas", como lhes chamou Courtine (1981:84), sucedem a partícula de apoio discursivo *pois*, em 5.3 várias vezes repetida. De salientar que a posição de encabeçamento da frase que esta FI apresenta neste uso é importante e distintiva relativamente a outros usos. Esta garante que toda a frase se encontra sob o alcance da modificação reforçativa e não apenas um conteúdo parcial desta. Como dispositivo introdutor de um argumento-chave, ele identifica o acto director de uma sequência.

Gostaríamos ainda de referir um outro valor de *é que* que não ocorreu neste diálogo, mas noutros que recolhemos também e que aproxima este M de outros a que Roulet (1985:110) chama "marcadores de aberturas absolutas", marcadores que permitem realizar aberturas de "échanges" no início ou no decurso da conversação. Numa conversa informal entre amigos, que não segue nenhum rumo determinado nem visa atingir nenhum fim específico que não o da simples troca de impressões sobre temas desencontrados, verificámos que a construção clivada surgia já não a encabeçar a frase, como acontece com os exemplos do diálogo, mas em posição frásica medial, como forma de introduzir um novo tema na conversa. Repare-se num dos exemplos que registámos: (i) *O marido da Sarinha é que veio para casa há um mês. É importante anotar que a referência anafórica que a clivada activa favorece a aparente ancoragem da intervenção no contexto temático do diálogo, que é, de facto, um engate meramente aparente, dado que o tema lançado, no contexto em que foi registado, não se relacionava em nada com o anterior. Tal como Berrendonner (1983), citado por Roulet (1985:110), salientou para o marcador à propos "il n'est que rarement utilisé de façon littérale, mais inversément, il permet de légitimer un enchainement sans à propos", esta ocorrência da construção clivada serve uma estratégia de legitimação do*

lançamento de um novo tema no diálogo, simulando um encadeamento lógico-temático com a sequência anterior que é, nestes casos, inexistente.

26

Note-se que a ocorrência apontada acima surge após uma interrupção prolongada na interação em que se verifica um período de silêncio por parte dos vários intervenientes e, portanto, surge com um inequívoco valor iniciativo absoluto. Outras ocorrências que também registámos, sempre em contextos de informalidade, como foi o caso do enunciado: *(ii) A filha da Susana é que ficou doente, sabiam ?*, em que já não se verificou o mesmo lapso de silêncio prévio à intervenção, continuaram a patentear, todavia, a mesma falta de ligação temática com o discurso anterior. Essa falta de ligação e, logo, a violação de uma possível máxima da relevância, é matizada e justificada, em parte, pelo *M é que*, que pretende assinalar também que o argumento é suficientemente forte e inesperado para justificar só por si a infracção discursiva.

Não obstante, ocorreu-nos ainda uma outra explicação para esta ocorrência da PI. No tipo de conversas em que foram observadas, conversas relaxadas, em que os intervenientes "tagarelam" à vontade e sem constrangimentos de tempo, parecem gerar-se regras específicas relativamente às que condicionam a interação normal. Os intervenientes não se encontram tão vinculados à máxima da relevância, por exemplo, sendo-lhes até "exigido" que ao longo da interação, que é sempre prolongada, vão contando tudo de que se lembram e, assim, vão contribuindo informativamente para a conversa, ainda que a linha temática não seja observada. Nesta perspectiva, a FI *é que* teria uma referência meta-discursiva, ao apontar não para um fio temático condutor, que não é muito importante respeitar, mas para um fio de contacto comunicativo, que, esse sim, se deve manter assegurado. Por outras palavras, o dispositivo assinalaria o cumprimento de uma regra discursiva de carácter fático, realizando um meta-comentário sobre o valor ilocutório e interaccional do próprio enunciado, parafraseável por: "Ao dizer isto estou a contribuir informativamente para a nossa interação e a assegurar o contacto fático que é o verdadeiro objectivo da nossa conversa." Asseguraria, desta forma, a continuidade de uma interação, cuja principal função é justamente a de se manter em funcionamento.

6. QUE REGULARIDADES ?

Podemos confirmar por esta pequena amostra que os MECs não seguem um critério lexical, nem categorial. Palavras, frases, fórmulas de várias proveniências morfológicas disponibilizam-se para regular os diálogos, facilitando as tarefas produtiva e interpretativa dos interactantes.

É possível reconhecer algumas regularidades distribucionais no uso destes M, como, por exemplo, o facto de *é/era/acha?*, *ai*, *não,mas / não,é que* marcarem sempre o início de intervenções reactivas; *sabe* poder surgir em posição inicial, medial ou terminal nas intervenções e *é que*, em posição inicial ou medial também. Saliente-se ainda o facto de este último poder surgir em diferentes posições nas frases, posições que não são alheias às funções que cumpre. Como marcador de abertura absoluta não pode encabeçar a frase; como marcador de intervenção reactiva ou de argumento em intervenção reactiva, pode.

Quanto às respectivas propriedades articuladoras e funcionais, é ainda possível determinar que *é/era/acha?* possui uma referência anafórica, mas também uma instrução proactiva referente ao valor ilocutório da sequência discursiva. Similarmente, *ai* reporta-se retrospectivamente a toda uma sequência que simultaneamente subordina ao acto por si introduzido. *Sabe* em início de intervenção, pelo contrário, embora active uma referência anafórica, subordina proactivamente os constituintes ao próprio acto que introduz. *Não,mas / não,é que* reavalia uma sequência anterior, vinculando-a a um novo encaminhamento discursivo ou a um encaminhamento retomado. E, finalmente, *é que*, quando não é um M de abertura absoluta, acciona uma subordinação retroactiva ao acto por si introduzido.

As PI gerem conteúdos implícitos e encobrem estratégias argumentativas e interaccionais analisáveis. Neste momento, recuperaremos somente aqueles valores que nos parecem relativamente independentes do contexto e, logo, passíveis de ocorrerem com determinada regularidade. *É/era/acha?*, *ai*, *sabe* assinalam movimentos discursivos de contra-expectativa e, temos de salvaguardar, em certos contextos, servem estratégias de cortesia e de "ménagement" das faces. *Não,mas / não,é que* enquadram-se em movimentos de re-avaliação discursiva e deslocação do quadro de pertinência dos diálogos. *É que*, à cabeça de frase, integra movimentos confirmativos ou pseudo-confirmativos e como marcador de abertura absoluta assinala a instauração de novo quadro temático.

É visível, portanto, que muitos dos valores destes M que referimos ao longo da análise são valores "context-sensitive" (Kerbrat-Orecchioni, 1986:25) e, logo, passíveis de serem actualizados em circunstâncias enunciativas particulares. Muitos outros valores virtuais ficam em latência, aguardando que um falante específico num contexto determinado lhes dê voz. Comprova-se, assim, a ideia de que é impossível esgotar numa abordagem

descritiva todos os matizes funcionais que estas PI podem recobrir, dado que, mais do que qualquer outra categoria de palavras, elas são elementos polifuncionais e o seu poder significativo é um dado que apenas contextualmente se define.

7. CONCLUSÃO

28

Compreender a linguagem como um vestígio de influxos de ordem social, relacional, contextual diversos; perspectivá-la como uma cristalização de outras linguagens de natureza vária, este é o principal traço definidor das novas abordagens linguísticas em que enquadrámos o nosso estudo. As palavras deixaram de ser inocentes. Elas são "pegadas" do Homem na língua (Benveniste, 1966), que inevitavelmente conduzem a reflexão linguística muito para além das suas próprias fronteiras. Até as palavrinhas aparentemente mais inofensivas, que tradicionalmente nem gozavam de estatuto de "partes do discurso", mas sim de "partículas" deste, escondem um elevado poder comunicativo e regulador por trás.

Para as descrever é necessário assumir a condição de dependência contextual do discurso e aceitar a heterogeneidade do objecto de estudo que assim se desenha: heterogeneidade das unidades linguísticas, que se afirmam em ruptura com a formalização tradicional; heterogeneidade dos sistemas semióticos envolvidos, condicionando-se mutuamente; heterogeneidade das forças accionais e psicossociais projectadas; heterogeneidade das áreas de investigação convocadas... A existência e o funcionamento das partículas interaccionais comprovam a vocação comunicativa do próprio sistema linguístico e produzem necessariamente efeitos na economia global da língua que é urgente assumir.

Também no objecto que se recorta nesta nova abordagem se insinuam espaços de regularidades que é possível determinar. As partículas interaccionais, vestígios do vínculo contextual da linguagem em acção, são também um dos bastiões da organização do discurso dialógico. Ocorrem porque o discurso está a ser produzido por um Eu concreto, portador de determinada identidade e intenções que se projectam nos sinais que escolhe; para um Tu específico, cuja imagem e necessidades comunicativas condicionam também a construção discursiva; num contexto determinado que instancia regras para a produção verbal e na confluência de uma série de vectores referenciais, culturais, sociais que amplificam o poder das palavras. Ocorrem com suficiente regularidade para formarem um sistema operativo, funcional, descodificável. Efectivamente, emissor e receptor não têm normalmente dificuldades de identificação e atribuição funcional de/a estas unidades típicas do discurso oral, sinal de que alguma sistematicidade lhes assiste.

Como um dos vestígios do percurso humano, segundo julgamos, já que, paralelamente ao seu aspecto padronizado, estes dispositivos se prestam a uma rentabilização fortemente dependente do contexto e da identidade do usuário, o conjunto das PI abona em favor da inteligência e da adaptabilidade do Homem que investe sempre mais nas suas áreas de acção predilectas e sempre no sentido de otimizar efeitos, economizando meios. É esta a característica fundamental que julgamos observar no interessante domínio das Partículas Interaccionais.

BIBLIOGRAFIA

- .AUCHLIN, Antoine. "Marqueurs de Structuration de la Conversation et Complétude" *Cahiers de Linguistique Française 2 - Les Différents Types de Marqueurs et la Détermination des Fonctions des Actes de Langage en Contexte*. Genève: Unité de Linguistique Française, 1981: pp.141-159.
- .BEAUGRANDE, Robert. Conferência sobre a Linguística do Texto/Discurso na Faculdade de Letras do Porto, 1994.
- 30 .BENVENISTE, Emile. *Problèmes de Linguistique Générale I*. Paris: Gallimard, 1966.
- .BERRENDONNER, Alain. "Connecteurs Pragmatiques et Anaphore" *Cahiers de Linguistique Française 5*. Genève: Unité de Linguistique Française, 1983: pp.215-246.
- .BOURDIEU, Pierre. *Ce que Parler Veut Dire*. Paris: Fayard, 1982.
- .CARVALHO, J. Herculano de. *Teoria da Linguagem*. Tomo I, 6ªed, Coimbra: Atlântida Editora, 1979.
- .CONEIN, Bernard. "Conversation et Interaction Sociale: Analyse de Séquences d'Offre et d'Invitation" *Langages 81*, Paris: Larousse, (1986): pp.111-120.
- .COURTINE, Jean-Jacques. "Analyse du Discours Politique" *Langages 62*, Paris: Larousse, (1981).
- .DE SPENGLER, Nina. "Première approche des marqueurs d'interactivité" *Cahiers de Linguistique Française 1*. Genève: Unité de Linguistique Française, (1980): pp.128-148.
- .DUCROT, Oswald. "Les Lois du Discours" *Langue Française*, 42, Paris: Larousse, (1979).
- .EDMONSON, W & HOUSE, J. *Let's Talk and Talk about It*. Munich: U & S Pädagogik, 1981.
- .ERVIN-TRIPP, Susan. "An Analysis of the Interaction of Language Topic and Listener" in FISHMAN, Joshua *Readings in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton, 1968: pp. 193-211.
- .FISHMAN, Joshua. *Sociolinguistics*. Massachusetts: Mewbury House Publishers, 1975.
- .FRANCO, António. *Descrição Linguística das Partículas Modais no Português e no Alemão*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.
- .GARMADI, Juliette. *Introdução à Sociolinguística*. Lisboa: D. Quixote, 1983.
- .GOFFMAN, Erving. *Les Rites D'Interaction*. Paris: Minuit, 1974.
- .GRICE, H. Paul. "Logic and Conversation" in COLE, Peter and MORGAN, Jerry (eds) *Syntax and Semantics - Speech Acts*. V.3, N.Y.: Academic Press, 1975: pp. 41-58.
- .GULICH, Elisabeth. *Makrosyntax der Gliederungssignale im Gesprochenen Französisch*. Munich: Fincke, 1970.
- .HYMES, Dell H. "The Ethnography of Speaking" in GLADWIN, T. and STURTEVANT, W. (eds) *Anthropology and Human Behavior*. Washington D.C.: Anthropological Society of Washington, 1962.
- "On Communicative Competence" in HOLMES, Janet and PRIDE, J.B. (eds) *Sociolinguistics*. Great Britain: Penguin, 1972: pp.269-293.
- .JOOS, Martin. "The Isolation of Styles" in FISHMAN, J. *Readings in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton, 1968: pp. 185-191.

- L
90
1
- .KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'Implicite*. Paris: Armand Colin, 1986.
"La Description des Echanges en Analyse conversationnelle:
L'Exemple du Compliment" *DRLAV* 36-37, Paris: Centre de Recherches de l'Université de Paris
VIII, (1987):pp. 1-53.
- .MARTINET, André. *Le Français Sans Fard*. Paris: PUF, 1969.
- .ROULET, Eddy et alii. *L'Articulation du Discours en Français Contemporain*. Berne: Peter Lang,
1985.
- .SACKS, Harvey and SCHEGLOFF, Emanuel. "Opening up Closing" in TURNER, R.
Ethnomethodology. Great Britain: Penguin Books, 1974.
- .SAID ALI, Manuel. *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*. Rio de Janeiro: Livraria
Francisco Alves, 1930.
- .SCHEGLOFF, Emanuel. "Sequencing in Conversational Openings" in FISHMAN, J. *Advances
in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton, 1972: pp. 91-125.

ANEXOS

A conversa que a seguir transcrevemos tem lugar numa casa em reconstrução e envolve o arquitecto e o carpinteiro da obra, respectivamente o locutor A e o B. O arquitecto pretende colocar algumas questões ao carpinteiro de forma a que este apresente soluções:

32

A : Prontos / eu quero pôr duas vigas destas 22-8 / eh: duas a suportar o so: a suportar o soalho / a evitar aquela tremedeira aquela (_)

B : Pois, pois, pois

A : Eh: / vão aparecer aqui no meio em qualquer lado encastradas na parede / dum lado ao outro

B : Aqui / aqui duas ?

A : Sim // NÃO é que (4) estas traves / as que não estão a travar nada / estas estão a travar isso aí mas estas que estão aqui que eram só para segurar o tecto falso...

B : É é / era p'ó tecto falso

A : Isto vem tudo abaixo e: / vai ser preciso tirar esta trave aqui de travamento // e alguma por aí //

B : O melhor sítio era aqui na verdade

A : Era ? (1) / E a outra ?

B : Ah: //

A : É QUE: (5) x disse uma coisa e se calhar tem razão / é que (5.1) isto abana mais não é na ponta é mais aqui

B : Ah:

A : Eu não sei se será melhor / ah / ele abana mais aqui em cima / não sei se será melhor chegar esta mais p'rá qui.

B : P'ró outro lado / é que (5.2) aqui na ponta num num oscila tanto / mas / eh: / aqui dava jeito

A : Era ? (1.1)

B : Sim senhor / aqui era o sítio ideal p'ra levar uma

A : Aqui também // aqui / aqui...

B : AQUI O SR.ARQUITECTO vai crescer aqui uma parede não é ?

A : A parede vai aparecer algures por aqui / mas a parede não vai até ao tecto

B : Pois / mas depois vai levar aí uma viga aí encostada não é ?

A : Não não / isso agora já está (_)

B : AI (2) AGORA VAI SER P'ANULAR

A : Agora vai aparecer esta viga aqui e aquela ali p'a segurar o tecto / mais nada / o soalho e essas coisas

B : AH: / pois pois pois / É QU' (5.3) ASSIM anula a...

A : Já esta que se fa pôr aqui já não é necessária

B : Ah: / pois pois pois

A : NÃO / é que (4.1) / depois também levantava (_)

B : Se lhe metesse essa aí // levantava-lhe problemas ?

A : Pois / é que (5.4)/ os remates o que é que eu lhes fazia ? Cobria com peladur ? O que é que fazia às sancas ? Ficava a madeira à vista não ficava ?...

B : Ficava à vista

A : Acha ? (1.2) / E depois as sancas ? Onde é que eu punha as sancas ? / Na madeira ?

B : As sancas quê ? / P'rá p'rá p'rá iluminação ?

A : Não não / aquelas sancas de: de madeira

B : AI (2.1) a moldura ali ? / Corria-lhe a moldura ?

A : Sim / depois chegava ali à parede e cortava ?

B : NÃO / então / o tecto falso rematava-lhe / depois até ficava em verniz

A : Mas depois a sanca ? Ia pela parede chegava ali e cortava / acabou / tinha de se cortar

B : NÃO / ela depois dobrava / tinha que dobrar

A : AH / isso ficava mal

B : No caso de querer...

A : NÃO mas (4.2) acha: acha / que não segura o soalho duas vigas aí ?

B : SABE (3) / isto é um vão muito grande / e elas vão: cedere: porque o tecto em si já já cedeu e elas agora se ficassem direitas elas agora ficavam um bocadinho com o jeito p'ra cima / isso vai ter talvez que se meter aí umas escoras p'ra levantar estas / oscilar um bocado p'ra elas já ficarem / aí já pode ser que com um bocadinho de...

A : () isso vai mexer com o soalho / não vai ?

B : Não não / não não não precisa

A : Então ela vai ficar encostada aonde ? Ela não vai ter que ficar encostada ao soalho ?

B : Pois com certeza / com o chão briga com certeza / vai vai vai encostar / tem que abrir / à partida tem que abrir um buraco maior e depois tem que se meter umas cunhas por baixo não é ? P'ra ela ajustar e ficar em cima do lado direito // mase: uma vez que o tecto que está apandado / isto vem outra vez ó'p'ra baixo // EMBORA NAO VENHA p'ra p'ra nenhum ponto que está / mas vem sempre sabe (3.1)

A : E depois pode-se calçar a viga por cima / aí no meio ?

B : Como por cima ?

A : Calçar

B : Ah: E: E: ao puxá-la ela vem p'ra baixo na mesma

A : É ? (1.3)

B : UI / ela cede / com um comprimento destes ela vai ceder

A : Então na opinião do sr. x era preciso pôr aqui uma

B : Era / ORA BEM / não é o ser preciso / mas ajudava aí e de que maneira a segurar isto / neste vão aqui a meio

A : Claro / ficava mais seguro

B : SABE (3.2) / isto de um viga aqui a meio / PORRA isto nunca mais tremia na vida / no entanto / assim vai sempre oscilar

A : É ? (1.4)

B : Assim vai sempre oscilar // apesar que o peso também não é demasiado em cima / isso vai tudo abaixo

A : Não / e em cima vai ser um quarto aqui

B : E não vai ter lá muito peso

A : Não vai ter assim...

B : Pode-se meter três vigas em vez de se meter só duas

A : Três / depois com as outras duas faz cinco / quanto é que o sr. x disse que custava uma viga dessas ?

B : Eh // uma viga dessas isso vai p'raí / a um conto e quinhentos o metro / ISTO quantos metros tem ? SEIS METROS ?

A : O metro linear ?

B : SEIS METROS que isto tem de comprido ?

A : Daqui aqui ? Daqui aqui são...

B : SEIS são nove contos cada viga / não era seis metros ?

A : Não / tem p'aí cinco e pouco // podemos medir / de quanto é que é a fita ?

B : É de três / duas vezes deve de chegar

(Neste momento vão-se afastando para medir o recinto tornando-se a gravação inaudível).

SINAIS UTILIZADOS NA TRANSCRIÇÃO :

/ - pausa

// - pausa mais prolongada

: - alongamento de vogal

36 — - sobreposição de vozes

() - palavra ou segmento de frase inaudível

maiúsculas - elevação do tom de voz

... - interrupção da vez pelo parceiro

As partículas interaccionais analisadas foram assinaladas com letra reforçada, com sublinhado e foram identificadas com um número que as inclui num determinado grupo.